



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ

TERMO DE REFERÊNCIA

1. Preâmbulo

O presente Termo de Referência é elaborado em conformidade com as disposições contidas no art. 6º, inciso XXIII, e art. 18 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como demais normas aplicáveis à matéria, constituindo documento técnico destinado a subsidiar a contratação para aquisição de mobiliário corporativo de padrão executivo destinado à adequação, modernização e estruturação da sala de recepção institucional vinculada à Presidência da Câmara Municipal de São Francisco do Guaporé/RO.

A elaboração do presente instrumento decorre da necessidade administrativa formalmente identificada por meio do Documento de Formalização da Demanda – DFD, complementada pelas análises constantes do Estudo Técnico Preliminar – ETP, observando os princípios da legalidade, planejamento, eficiência, economicidade, interesse público, razoabilidade e competitividade, visando assegurar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Este Termo de Referência estabelece as condições, requisitos, critérios técnicos e demais elementos necessários à futura contratação, definindo parâmetros para execução do objeto, gestão contratual, fiscalização, critérios de medição, pagamento e seleção da contratada, em atendimento às necessidades institucionais da Câmara Municipal de São Francisco do Guaporé/RO.

2. Definição do objeto, incluídos sua natureza

Constitui objeto do presente Termo de Referência a **aquisição de mobiliário corporativo de padrão executivo**, destinado à adequação, modernização e estruturação da sala de recepção institucional vinculada à Presidência da Câmara Municipal de São Francisco do Guaporé/RO, compreendendo o fornecimento de poltronas interlocutoras espaldar médio com braços e mesa de centro para ambiente institucional, conforme especificações técnicas, quantitativos e condições estabelecidas neste instrumento.

A contratação contempla o fornecimento integral dos bens, incluindo transporte, entrega, montagem, quando aplicável, e garantia mínima do fabricante, visando assegurar o pleno atendimento das necessidades institucionais da Administração.

Nos termos do art. 6º, inciso X, da Lei Federal nº 14.133/2021, a presente contratação caracteriza-se como **aquisição de bens**, considerando tratar-se de aquisição remunerada destinada ao fornecimento de materiais permanentes para utilização administrativa. Além disso, o objeto enquadra-se como **bem comum**, conforme definição prevista no art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos mediante especificações usuais de mercado.

A natureza da contratação é de **fornecimento com entrega integral em parcela única**, não se caracterizando como prestação continuada, considerando que a aquisição possui objeto determinado, quantitativos previamente definidos e execução específica, encerrando-se com o fornecimento definitivo dos bens e respectivo recebimento pela Administração.

2.1. Da justificativa de necessidade

A presente contratação justifica-se pela necessidade de adequação, modernização e melhoria da estrutura mobiliária da sala de recepção institucional vinculada à Presidência da Câmara Municipal de São Francisco do Guaporé/RO, ambiente destinado à realização de atendimentos oficiais, recepção de autoridades, servidores, representantes de órgãos públicos e



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ

cidadãos que utilizam os serviços prestados pelo Poder Legislativo Municipal.

Verificou-se que o mobiliário anteriormente existente no ambiente apresentava avançado estado de desgaste, comprometimento das condições de conservação e inadequação às necessidades atuais de utilização, circunstância que ocasionou sua retirada do local. Em razão disso, o ambiente passou a ser utilizado de forma improvisada, mediante emprego de cadeiras despadronizadas e mobiliários que apresentam limitações quanto à ergonomia, conforto, funcionalidade e apresentação institucional.

A permanência dessa situação compromete a adequada utilização do espaço administrativo, interfere negativamente na realização de atividades administrativas, atendimentos institucionais e recepção oficial desenvolvidos no âmbito da Câmara Municipal, além de afetar a organização, a padronização visual e a qualidade do ambiente destinado às atividades desenvolvidas pela Presidência.

A contratação pretendida visa proporcionar melhores condições de conforto, ergonomia, funcionalidade, resistência estrutural, durabilidade e adequada apresentação institucional do ambiente administrativo, assegurando melhores condições de trabalho aos agentes públicos e atendimento mais adequado aos usuários dos serviços públicos.

Além disso, a aquisição de mobiliário com características compatíveis com ambientes institucionais contribui para preservação do patrimônio público, redução de custos futuros decorrentes de substituições frequentes e observância ao princípio da economicidade, previsto no art. 5º da Lei Federal nº 14.133/2021.

Dessa forma, a contratação mostra-se necessária e adequada ao interesse público, representando medida indispensável para assegurar melhores condições de funcionamento das atividades administrativas desenvolvidas no âmbito da Câmara Municipal de São Francisco do Guaporé/RO.

2.2. Do quantitativo

2.2.1. Os quantitativos objeto da presente contratação foram definidos com base na necessidade administrativa identificada pelo setor demandante, considerando a capacidade física do ambiente, a finalidade institucional do espaço, a quantidade estimada de usuários, a disposição do mobiliário e a adequada funcionalidade da sala de recepção institucional vinculada à Presidência da Câmara Municipal de São Francisco do Guaporé/RO.

2.2.2. Os quantitativos foram estabelecidos de forma a atender integralmente à demanda existente, observando os princípios da razoabilidade, economicidade, eficiência e planejamento, evitando-se aquisições excessivas ou insuficientes que possam gerar desperdício de recursos públicos ou comprometer o atendimento das necessidades institucionais.

2.2.3. O objeto será composto pelos seguintes itens:

Item	Quant.	Unid.	Descrição
01	12	Unid	Poltrona interlocutora fixa tipo diretor, espaldar médio, com braços, revestimento em couro natural ou sintético de alta resistência, estrutura metálica contínua em “S”, assento e encosto estofados.



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ

02	1	Unid	Mesa de centro retangular para escritório, confeccionada em MDF/MDP, com prateleira inferior, acabamento amadeirado/preto, dimensões aproximadas de 55x30x35 cm.
----	---	------	--

2.2.4. Os quantitativos apresentados encontram respaldo nos levantamentos realizados durante a fase de planejamento da contratação e nas informações constantes do Documento de Formalização da Demanda – DFD e do Estudo Técnico Preliminar – ETP, atendendo ao disposto no art. 18, §1º, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.3. Enquadramento do objeto como comum:

2.3.1. O objeto da presente contratação enquadra-se como **bem comum**, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais praticadas no mercado, sem exigir soluções técnicas complexas, metodologias diferenciadas ou elevado grau de especialização para sua execução.

2.3.2. Os itens pretendidos consistem em mobiliários corporativos destinados ao uso administrativo, cujas características técnicas, materiais empregados, dimensões, requisitos mínimos de qualidade, ergonomia, resistência e acabamento podem ser descritos de maneira objetiva, permitindo a comparação entre propostas mediante critérios padronizados de julgamento.

2.3.3. A definição das especificações técnicas observará parâmetros mínimos de desempenho e qualidade suficientes ao atendimento das necessidades da Administração, sem direcionamento indevido a marcas, fabricantes ou modelos específicos, em conformidade com os princípios da isonomia, competitividade e seleção da proposta mais vantajosa previstos no art. 5º da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.3.4. Dessa forma, em razão da natureza do objeto e da possibilidade de definição objetiva das especificações, a contratação admite processamento mediante modalidade compatível com aquisição de bens comuns, observadas as disposições legais aplicáveis.

2.4. Da Vigência:

A contratação decorrente do presente Termo de Referência terá vigência pelo prazo necessário ao cumprimento integral das obrigações decorrentes da contratação, iniciando-se a partir da assinatura do instrumento contratual ou emissão da Nota de Empenho, conforme o instrumento adotado pela Administração.

O prazo para entrega integral dos itens será de até 60 (sessenta) dias, contados a partir do recebimento da nota de empenho, autorização de fornecimento ou instrumento equivalente emitido pela Administração.

A execução do objeto ocorrerá mediante **fornecimento integral em entrega única**, devendo a contratada realizar a entrega de todos os itens no prazo estabelecido neste Termo de Referência, contado a partir do recebimento da ordem de fornecimento emitida pela Administração.

Considerando tratar-se de aquisição de bens permanentes com entrega única e objeto de execução por escopo determinado, as obrigações contratuais encerrar-se-ão após o recebimento definitivo dos itens e o cumprimento das condições pactuadas, permanecendo apenas as responsabilidades decorrentes da garantia legal e contratual eventualmente aplicável.



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ

3. Fundamentação da Contratação:

3.1. A presente contratação fundamenta-se nas disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, especialmente no art. 18, que estabelece que a fase preparatória do processo licitatório deve observar o planejamento da contratação e considerar aspectos técnicos, mercadológicos e de gestão capazes de influenciar a futura contratação, bem como no art. 6º, inciso XXIII, que dispõe sobre os elementos obrigatórios do Termo de Referência.

3.2. A necessidade da contratação encontra-se devidamente caracterizada e justificada por meio do Documento de Formalização da Demanda – DFD e dos estudos realizados no Estudo Técnico Preliminar – ETP, documentos que identificaram a necessidade de adequação, modernização e melhoria da estrutura física da sala de recepção institucional vinculada à Presidência da Câmara Municipal de São Francisco do Guaporé/RO.

3.3. A solução proposta mostrou-se a mais adequada ao interesse público, considerando critérios de funcionalidade, ergonomia, durabilidade, qualidade, padronização visual, economicidade e melhor aproveitamento dos recursos públicos disponíveis.

3.4. A contratação também observa os princípios previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, especialmente os princípios da legalidade, planejamento, eficiência, economicidade, interesse público, razoabilidade, competitividade e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

3.5. Da Previsão da Contratação:

Nos termos do art. 18, §1º, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, a contratação deve demonstrar alinhamento com o planejamento da Administração, mediante previsão no Plano de Contratações Anual – PCA, quando este estiver formalmente instituído.

No âmbito da Câmara Municipal de São Francisco do Guaporé/RO, verifica-se que **não há Plano de Contratações Anual formalmente instituído para o exercício de 2026**, encontrando-se referido instrumento em fase de estruturação e implantação administrativa.

Dessa forma, não há vinculação da presente contratação a item específico do Plano de Contratações Anual – PCA, sendo o planejamento da demanda realizado por meio dos instrumentos legalmente previstos para a fase preparatória da contratação, especialmente o Documento de Formalização da Demanda – DFD, o Estudo Técnico Preliminar – ETP, a pesquisa de preços e demais documentos técnicos que compõem a instrução processual.

Ressalta-se que a ausência de PCA formalmente instituído não inviabiliza a contratação, considerando que a necessidade administrativa encontra-se devidamente justificada, demonstrada e alinhada ao interesse público, observando os princípios do planejamento, eficiência, economicidade e continuidade das atividades administrativas previstos na Lei nº 14.133/2021.

4. Descrição da Solução como um Todo, Considerando Todo o Ciclo de Vida do Objeto:

4.1. A solução proposta consiste na **aquisição de mobiliário corporativo de padrão executivo**, destinado à adequação, modernização e melhoria da estrutura física da sala de recepção institucional vinculada à Presidência da Câmara Municipal de São Francisco do Guaporé/RO, contemplando o fornecimento de **poltronas interlocutoras espaldar médio com braços e mesa de centro para ambiente institucional**, conforme especificações técnicas e quantitativos



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ

estabelecidos neste Termo de Referência.

4.2. A solução compreende o fornecimento integral dos bens, incluindo todas as despesas relacionadas ao transporte, entrega, montagem, quando aplicável, substituição de itens defeituosos e garantia do fabricante, visando assegurar o adequado atendimento da necessidade administrativa identificada.

4.3. Nos termos do art. 6º, inciso XXIII, alínea “c”, da Lei Federal nº 14.133/2021, a descrição da solução deve considerar o ciclo de vida do objeto, abrangendo todas as etapas relacionadas à utilização dos bens pela Administração Pública.

4.4. Nesse contexto, o ciclo de vida do objeto contempla:

I. Aquisição:

Seleção da proposta mais vantajosa para fornecimento dos bens, observando critérios técnicos, econômicos e de qualidade;

II. Fornecimento e entrega:

Transporte e entrega integral dos itens nas dependências da Câmara Municipal, em perfeitas condições de uso e funcionamento;

III. Utilização operacional:

Emprego do mobiliário nas atividades administrativas e institucionais desenvolvidas no ambiente da Presidência;

IV. Manutenção e garantia:

Responsabilidade da contratada quanto à substituição ou correção de defeitos de fabricação eventualmente identificados durante o período de garantia;

V. Vida útil e durabilidade:

Utilização contínua dos bens durante sua vida útil estimada, considerando critérios mínimos de resistência estrutural, ergonomia, qualidade dos materiais e conservação patrimonial;

VI. Desfazimento e destinação final:

Ao término da vida útil dos bens, eventual desfazimento ocorrerá mediante observância das normas aplicáveis ao patrimônio público e das práticas de sustentabilidade ambiental, quando cabíveis.

A solução escolhida mostra-se tecnicamente adequada e economicamente viável, considerando sua capacidade de atender integralmente às necessidades institucionais identificadas, promovendo melhoria das condições de trabalho, funcionalidade, organização do ambiente administrativo e adequada apresentação institucional da Câmara Municipal.

5. Requisitos da contratação:



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ

Nos termos do art. 18, §1º, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021, a contratação deverá observar os requisitos necessários e suficientes à escolha da solução apta ao atendimento da necessidade administrativa identificada, contemplando critérios mínimos relacionados à qualidade, desempenho, funcionalidade, durabilidade, ergonomia e compatibilidade com a finalidade institucional pretendida.

Considerando a natureza do objeto, os bens a serem adquiridos deverão atender às especificações técnicas mínimas estabelecidas neste Termo de Referência, observando padrões usuais de mercado e condições que assegurem o adequado desempenho operacional, a economicidade e a preservação do interesse público.

Além dos requisitos específicos constantes nos itens subsequentes, deverão ser observadas as seguintes exigências:

I- os produtos deverão ser **novos, sem uso, de primeiro uso e em linha regular de fabricação**;

II- os materiais empregados deverão apresentar **resistência estrutural, durabilidade, ergonomia e qualidade compatíveis com ambientes administrativos e institucionais**;

III- os bens deverão ser entregues em perfeitas condições de uso, conservação e acabamento, livres de defeitos de fabricação ou avarias;

IV- deverão ser observadas as especificações técnicas mínimas constantes neste Termo de Referência, vedada a entrega de produtos com características inferiores às exigidas;

V- quando aplicável, os produtos deverão atender às normas técnicas pertinentes, requisitos ergonômicos e padrões de qualidade usualmente adotados pelo mercado;

VI- a contratada deverá responsabilizar-se integralmente pelas despesas decorrentes de transporte, carregamento, descarregamento, montagem, instalação e substituição de itens eventualmente rejeitados pela Administração;

VII- os bens deverão possuir garantia mínima conforme especificação individual do item ou garantia legal aplicável;

VIII- deverão ser observados os princípios da economicidade, eficiência, sustentabilidade e durabilidade do patrimônio público.

A definição dos requisitos busca assegurar a obtenção da proposta mais vantajosa à Administração, sem restringir indevidamente a competitividade do certame.

5.1. Requisitos gerais aplicáveis a todos os itens

Os requisitos gerais abaixo estabelecidos aplicam-se a todos os itens objeto da presente contratação, devendo ser integralmente observados pela futura contratada, visando assegurar a qualidade dos bens fornecidos, a adequada execução do objeto e o atendimento do interesse público.

I. Os produtos deverão ser **novos, sem uso, de primeiro uso e em linha regular de fabricação**, não sendo admitidos itens recondicionados, remanufaturados, usados ou provenientes de mostruário;

II. Os bens deverão possuir características compatíveis com ambiente institucional e administrativo, apresentando padrão executivo adequado à finalidade de utilização;

III. Os materiais empregados deverão apresentar **resistência estrutural, durabilidade, ergonomia, funcionalidade e qualidade**, garantindo adequada vida útil dos bens;



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ

IV. Os produtos deverão ser entregues em perfeitas condições de funcionamento, conservação e acabamento, livres de defeitos, deformidades, danos, avarias ou quaisquer irregularidades que comprometam sua utilização;

V. Os itens deverão atender às especificações técnicas mínimas estabelecidas neste Termo de Referência, vedado o fornecimento de produtos com características inferiores às exigidas;

VI. A contratada deverá responsabilizar-se integralmente pelo transporte, carregamento, descarregamento, entrega, montagem e demais custos necessários ao fornecimento integral do objeto, sem ônus adicional à Administração;

VII. Os bens deverão possuir garantia mínima do fabricante e assistência necessária para substituição de itens que apresentem defeitos de fabricação ou vícios durante o período de garantia;

VIII. A Administração poderá rejeitar, total ou parcialmente, os produtos entregues em desacordo com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência, ficando a contratada obrigada à substituição dos itens rejeitados, sem qualquer custo adicional;

IX. Os materiais fornecidos deverão observar, quando aplicável, normas técnicas, padrões de desempenho, segurança e ergonomia exigidos pela legislação e pelas normas vigentes;

X. Os produtos deverão apresentar padrão visual uniforme, visando assegurar padronização estética e adequada composição do ambiente institucional.

5.2. Requisitos específicos dos itens

5.2.1. Além dos requisitos gerais estabelecidos neste Termo de Referência, os itens objeto da contratação deverão atender às especificações técnicas mínimas descritas abaixo, admitindo-se produtos equivalentes ou superiores, desde que comprovadamente atendam integralmente às características exigidas.

5.2.2. ITEM 01 – POLTRONA INTERLOCUTORA ESPALDAR MÉDIO COM BRAÇOS

Quantidade: 12 (doze) unidades

Especificações técnicas mínimas:

Estrutura contínua em “S”:

I. Estrutura fixa contínua confeccionada em tubo de aço curvado pneumaticamente com diâmetro mínimo de 31,75 mm e espessura mínima de 1,90 mm, totalmente soldada por sistema MIG ou tecnologia equivalente;

II. Estrutura provida de acabamento superficial pintado;

III. Sapatas envoltivas injetadas em nylon fixadas à base, evitando contato direto com o piso e reduzindo desgaste por atrito;

IV. Estrutura dotada de chapa metálica mínima de 3 mm de espessura, soldada por sistema MIG ou equivalente para fixação do conjunto assento/encostos;

V. Todas as peças metálicas deverão possuir acabamento em pintura eletrostática a pó, com resina à base de epóxi e poliéster, formando camada mínima de 50/60 micras, com cura em estufa;

Encosto:

I. Estrutura confeccionada em chassi de compensado prensado a quente, composto por lâminas mescladas de madeiras selecionadas;



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ

- II. Espessura mínima do compensado: **15 mm**;
- III. Sistema de fixação por porcas garras embutidas de alta resistência mecânica;
- IV. Estofamento em espuma injetada com espessura mínima de **70 mm**, densidade entre **50 e 60 kg/m³**;
- V. Costuras duplas decorativas horizontais e verticais formando alto relevo;
- VI. Ligação ao assento por haste em lâmina de aço embutida internamente com dimensões mínimas de **80 mm x 6,35 mm**;
- VII. Carenagem traseira confeccionada em polipropileno texturizado preto.

Assento:

- I. Estrutura confeccionada em compensado prensado a quente com lâminas mescladas de madeiras selecionadas;
- II. Espessura mínima do compensado: **14 mm**
- III. Sistema de fixação através de porcas garras embutidas de alta resistência;
- IV. Espuma injetada com espessura mínima de **80 mm**, densidade entre **50 e 60 kg/m³**;
- V. Costuras decorativas duplas horizontais e verticais em alto relevo;
- VI. Parte inferior provida de carenagem em polipropileno texturizado preto.

Revestimento:

- I. Revestimento em **couro natural ou material sintético de alta resistência**, dublado com espuma laminada mínima de **8 mm**, densidade aproximada de **28 kg/m³**;
- II. Acabamento na cor **preta**;
- III. Acabamento das bordas sem necessidade de perfis aparentes;

Braços:

- I. Estrutura interna fabricada em aço maciço curvado;
- II. Soldagem realizada pelo sistema MIG ou equivalente;
- III. Revestimento em poliuretano injetado integral-skin, cor preta texturizada.

Dimensões mínimas:

- **Altura total: 900 mm**;
- **Altura do encosto: 450 mm**;
- **Largura do assento: 500 mm**;
- **Altura do assento: 420 mm**;
- **Profundidade do assento: 490 mm**;
- **Largura do encosto: 480/450 mm.**

Normas e garantia:

- I – O produto deverá atender às normas técnicas aplicáveis da ABNT e aos requisitos ergonômicos previstos na NR-17;



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ

II – Garantia mínima de 03 (três) anos contra defeitos de fabricação.

5.2.3. ITEM 02 – MESA DE CENTRO PARA ESCRITÓRIO / SALA INSTITUCIONAL

Quantidade: 01 (uma) unidade

Modelo de referência: (Mesa de centro retangular padrão corporativo, referência meramente ilustrativa, admitindo-se produtos equivalentes ou superiores).

Especificações técnicas mínimas:

- I. Mesa de centro retangular destinada a ambientes corporativos, gabinetes ou salas de reunião;
- II. Estrutura confeccionada integralmente em **MDF ou MDP de alta resistência**;
- III. Tampo superior reforçado com acabamento liso;
- IV. Design moderno contendo prateleira inferior integrada à estrutura;
- V. Acabamento em **BP, UV ou laminado melamínico de alta durabilidade**;
- VI. Padrão de cor **amadeirado/nature e preto**, ou equivalente compatível;
- VII. Bordas uniformes, sem rebarbas, lascas ou imperfeições;
- VIII. Dimensões aproximadas:
 - Comprimento: **55 cm**;
 - Profundidade: **30 cm**;
 - Altura: **35 cm**.
- IX. Estrutura resistente e estável para uso contínuo em ambiente corporativo;
- X. Produto novo, sem uso, apresentando acabamento refinado.

Garantia:

Garantia mínima de **12 (doze) meses** contra defeitos de fabricação.

Observações:

- I. A proposta deverá conter marca e modelo do produto ofertado;
- II. O fornecedor deverá apresentar catálogo, ficha técnica ou imagem ilustrativa do item ofertado;
- III. Serão aceitos produtos equivalentes ou superiores que atendam integralmente às especificações técnicas e padrão institucional pretendido;
- IV. A imagem eventualmente apresentada pela Administração possuirá caráter meramente ilustrativo.

5.3. Entrega e recebimento:

5.3.1. A entrega dos itens objeto da presente contratação deverá ocorrer de forma **integral e em entrega única**, conforme quantitativos e especificações estabelecidas neste Termo de Referência, mediante emissão de Ordem de Fornecimento pela Administração.

5.3.2. A entrega deverá observar as seguintes condições:

- I. Os bens deverão ser entregues nas dependências da **Câmara Municipal de São**



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ

Francisco do Guaporé/RO, em local indicado pela Administração, em dias úteis e dentro do horário de expediente;

II. O prazo máximo para entrega será de **60 (sessenta) dias corridos**, contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento pela contratada;

III. Todos os custos decorrentes de transporte, carregamento, descarregamento, montagem, instalação e demais despesas necessárias ao fornecimento dos itens serão de responsabilidade exclusiva da contratada, sem qualquer ônus adicional à Administração;

IV. Os produtos deverão ser entregues devidamente acondicionados, embalados e protegidos contra danos decorrentes do transporte, armazenamento e manuseio;

V. Os bens deverão ser entregues novos, sem uso, em perfeitas condições de funcionamento, conservação e acabamento;

5.3.3. Os materiais e equipamentos deverão ser entregues devidamente acondicionados em embalagem original do fabricante, lacrados, acompanhados de manuais, certificados, fichas técnicas ou demais documentos pertinentes, quando aplicável.

5.3.4. Todos os itens fornecidos deverão ser novos, de primeiro uso, em linha regular de fabricação, não sendo aceitos produtos usados, recondicionados, remanufaturados ou com indícios de violação, avaria ou defeito.

5.3.5. O recebimento dos bens ocorrerá nos termos do art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021, observando as seguintes etapas:

a) **Recebimento provisório**, Ocorrerá no ato da entrega dos produtos, mediante conferência preliminar das quantidades, integridade física dos itens, embalagem e demais aspectos aparentes do objeto fornecido;

b) **Recebimento definitivo**: Ocorrerá após verificação detalhada quanto à conformidade dos produtos com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, qualidade dos materiais, funcionamento, montagem e demais exigências contratuais, mediante emissão do respectivo Termo de Recebimento Definitivo.

5.3.6. Caso sejam identificadas irregularidades, defeitos, avarias, desconformidades ou divergências entre os produtos entregues e as especificações exigidas, a Administração poderá rejeitar total ou parcialmente os itens fornecidos, ficando a contratada obrigada a promover sua substituição no prazo máximo de **10 (dez) dias corridos**, sem qualquer custo adicional à Administração.

5.3.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil da contratada pela qualidade, segurança, durabilidade e funcionamento dos produtos fornecidos, nem a responsabilidade por vícios ou defeitos identificados posteriormente.

5.4. Responsabilidade da contratada:

5.4.1. Além das demais obrigações previstas na legislação aplicável e nas cláusulas deste Termo de Referência, constituem responsabilidades da futura contratada:

I. Fornecer os bens em estrita conformidade com as especificações técnicas, quantitativos, requisitos de qualidade e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência;

II. Entregar os produtos novos, sem uso, em perfeitas condições de funcionamento, conservação e acabamento, livres de defeitos de fabricação, avarias ou quaisquer irregularidades que possam comprometer sua utilização;



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ

III. Responsabilizar-se integralmente pelas despesas relativas ao transporte, frete, carregamento, descarregamento, montagem, instalação, seguros, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e demais custos necessários ao fornecimento integral do objeto;

IV. Realizar a entrega dos itens no prazo estabelecido pela Administração, observando as condições, locais e horários definidos para recebimento;

V. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo máximo estabelecido pela Administração, os produtos que apresentarem defeitos, vícios, avarias, danos decorrentes do transporte ou desconformidade com as especificações exigidas;

VI. Responsabilizar-se pela garantia dos produtos fornecidos durante o período estabelecido neste Termo de Referência, efetuando, quando necessário, a substituição ou correção dos itens que apresentarem defeitos de fabricação;

VII. Comunicar formalmente à Administração qualquer ocorrência que possa interferir na execução do objeto, apresentando as justificativas e providências necessárias;

VIII. Manter, durante toda a execução da contratação, as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação;

IX. Responder integralmente pelos danos causados direta ou indiretamente à Administração ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento realizado pela Administração;

X. Não transferir a terceiros, total ou parcialmente, as obrigações assumidas, salvo mediante autorização expressa da Administração;

XI. Fornecer, quando solicitado, catálogo técnico, ficha técnica, imagens, informações complementares ou documentos necessários à verificação da conformidade dos produtos ofertados;

XII. Cumprir integralmente as disposições relativas à segurança, saúde do trabalho e demais normas aplicáveis à execução do objeto;

5.4.2. O descumprimento das obrigações estabelecidas poderá ensejar aplicação das sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e demais disposições aplicáveis.

6. Modelo de Execução do Objeto:

6.1. O modelo de execução do objeto estabelece as condições necessárias para que a contratação produza os resultados pretendidos pela Administração, definindo a forma de fornecimento, os procedimentos de entrega e os critérios mínimos para adequada execução contratual, nos termos do art. 6º, inciso XXIII, alínea “e”, da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.2. A execução do objeto observará as seguintes condições:

I. O fornecimento ocorrerá de forma **integral, em entrega única**, mediante emissão de Ordem de Fornecimento pela Administração;

II. A contratada deverá fornecer todos os itens constantes neste Termo de Referência, observando rigorosamente as especificações técnicas, quantitativos, padrões mínimos de qualidade e demais requisitos estabelecidos;

III. O prazo máximo para entrega dos produtos será de **60 (sessenta) dias corridos**, contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento emitida pela Administração;

IV. Os produtos deverão ser entregues na sede da **Câmara Municipal de São Francisco**



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ

do Guaporé/RO, ou em local previamente indicado pela Administração, durante o horário normal de expediente;

V. A contratada será integralmente responsável pelos serviços de transporte, carregamento, descarregamento, montagem, instalação e demais providências necessárias à completa execução do objeto, sem custos adicionais para a Administração;

VI. Os bens deverão ser entregues devidamente acondicionados em embalagens adequadas, protegidos contra danos decorrentes do transporte, armazenamento e manuseio;

VII. A Administração realizará conferência quantitativa e qualitativa dos itens fornecidos, verificando conformidade com as especificações técnicas exigidas neste Termo de Referência;

VIII. Caso sejam constatadas irregularidades, defeitos, avarias, divergências ou desconformidades em relação às especificações exigidas, a Administração poderá rejeitar total ou parcialmente os produtos entregues, ficando a contratada obrigada à substituição dos itens rejeitados no prazo máximo de **10 (dez) dias corridos**, sem ônus adicional;

IX. O recebimento definitivo do objeto ficará condicionado à verificação do atendimento integral das especificações técnicas, qualidade dos materiais e condições estabelecidas neste instrumento;

X. A execução do objeto será considerada concluída após a entrega integral dos bens, emissão do recebimento definitivo e cumprimento das demais obrigações assumidas pela contratada.

7. Modelo de Gestão do Contrato

7.1. O modelo de gestão contratual estabelece os mecanismos de acompanhamento, fiscalização, controle e avaliação da execução do objeto, visando assegurar o cumprimento das obrigações assumidas pelas partes e a obtenção dos resultados pretendidos pela Administração, nos termos dos arts. 117 a 119 da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.2. A gestão e fiscalização da contratação observarão as seguintes diretrizes:

I. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por servidor formalmente designado pela autoridade competente da Câmara Municipal, nos termos da legislação vigente;

II. O fiscal do contrato será responsável pelo acompanhamento da execução do objeto, verificando o cumprimento das obrigações contratuais, especificações técnicas, prazos e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

III. Compete ao fiscal do contrato:

- a) acompanhar e fiscalizar a execução do objeto contratado;
- b) verificar a conformidade dos bens fornecidos com as especificações estabelecidas;
- c) registrar em documento próprio as ocorrências verificadas durante a execução contratual;
- d) solicitar esclarecimentos e providências à contratada sempre que constatadas irregularidades;
- e) comunicar à autoridade competente situações que possam ensejar aplicação de penalidades;

f) emitir manifestação quanto ao recebimento provisório e definitivo do objeto;

g) atestar notas fiscais para fins de liquidação e pagamento.

IV. Compete ao gestor do contrato:

- a) coordenar o acompanhamento administrativo da execução contratual;



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ

b) controlar prazos, vigência e demais aspectos administrativos relacionados à contratação;
c) adotar medidas necessárias para manutenção do equilíbrio e regular execução contratual;
d) encaminhar eventuais demandas de alteração, aplicação de sanções ou demais providências administrativas.

7.3. A fiscalização exercida pela Administração não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada quanto à perfeita execução do objeto, permanecendo responsável por quaisquer irregularidades, defeitos, vícios ou danos eventualmente constatados.

7.4. As comunicações entre Administração e contratada ocorrerão preferencialmente por meio formal, mediante ofícios, correio eletrônico institucional, notificações ou demais instrumentos que permitam comprovação.

7.5. Eventuais ocorrências verificadas durante a execução deverão ser registradas e adotadas as medidas administrativas cabíveis, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021.

8. Critérios de Medição e de Pagamento

8.1. Os critérios de medição e pagamento têm por finalidade assegurar que o pagamento seja realizado somente após a efetiva comprovação da execução do objeto contratado, observando as condições estabelecidas neste Termo de Referência e a legislação aplicável, nos termos do art. 6º, inciso XXIII, alínea “g”, da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.2. Considerando a natureza do objeto, caracterizada como aquisição de bens com **fornecimento integral em entrega única**, a medição ocorrerá mediante verificação do efetivo cumprimento das obrigações assumidas pela contratada.

8.3. Para fins de medição, deverão ser observados os seguintes critérios:

- A medição ocorrerá mediante conferência quantitativa e qualitativa dos itens fornecidos pela contratada;
- Será verificada a conformidade dos produtos com as especificações técnicas, quantitativos, qualidade dos materiais, acabamento, características exigidas e demais requisitos estabelecidos neste Termo de Referência;
- Somente serão considerados aptos para recebimento os itens entregues em conformidade integral com as especificações exigidas;
- Os produtos entregues em desacordo com as especificações, contendo defeitos, avarias ou irregularidades poderão ser rejeitados total ou parcialmente, ficando a contratada obrigada à substituição dos itens sem ônus adicional à Administração;
- A medição será considerada concluída após a emissão do **Termo de Recebimento Definitivo**, expedido pelo servidor responsável pela fiscalização da contratação.

8.4. O pagamento será efetuado em parcela única, após o recebimento definitivo do objeto e apresentação da respectiva Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo fiscal responsável pela contratação.

8.5. O pagamento ficará condicionado ao cumprimento integral das exigências estabelecidas neste instrumento, à apresentação dos documentos exigidos pela Administração e ao atesto da execução pelo fiscal responsável.



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ

8.6. Da entrega e do recebimento:

Aplicam-se aos procedimentos de entrega e recebimento as disposições constantes do item 5.3 deste Termo de Referência, observando-se ainda as disposições do art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.7. Do pagamento:

8.7.1. O pagamento será efetuado pela Câmara Municipal de São Francisco do Guaporé/RO após o recebimento definitivo do objeto, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo servidor responsável pela fiscalização da contratação, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência e na legislação aplicável.

8.7.2. Para fins de pagamento deverão ser observadas as seguintes condições:

I. O pagamento ficará condicionado à efetiva entrega integral dos bens, em conformidade com as especificações técnicas, quantitativos e demais exigências estabelecidas neste Termo de Referência;

II. A contratada deverá apresentar a respectiva **Nota Fiscal/Fatura**, contendo descrição detalhada dos produtos fornecidos, quantitativos, valores unitários e valor total correspondente;

III. O documento fiscal deverá ser acompanhado das certidões de regularidade fiscal e trabalhista exigidas na legislação vigente, quando aplicável;

IV. O pagamento será realizado no prazo de até 5 (**cinco**) dias, contados a partir da liquidação da despesa e do recebimento definitivo do objeto, mediante ordem bancária em conta corrente indicada pela contratada.

V. Havendo erro na emissão da Nota Fiscal, documentação incompleta, inconsistência nas informações apresentadas ou qualquer circunstância que impeça a liquidação da despesa, o prazo para pagamento ficará suspenso até a regularização da situação, sem ônus para a Administração;

VI. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto houver pendência de cumprimento de obrigações contratuais ou situação que impeça sua regular liquidação;

VII. Eventuais atrasos de pagamento, desde que não decorrentes de ato ou fato atribuível à contratada, serão processados na forma da legislação vigente.

8.7.3. O pagamento não implica reconhecimento definitivo da perfeita execução do objeto, permanecendo resguardado à Administração o direito de apurar e exigir correção de eventuais irregularidades posteriormente verificadas.

9. Forma e Critério de Seleção da Contratada

9.1. A seleção da contratada ocorrerá mediante procedimento compatível com a natureza do objeto e observância das disposições estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/2021, visando assegurar a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, isonomia, competitividade, economicidade, eficiência e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

9.2. Considerando que o objeto da contratação consiste em **aquisição de bens comuns**, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por especificações usuais de mercado, a seleção do fornecedor observará as disposições aplicáveis à contratação de bens



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ

comuns previstas na Lei nº 14.133/2021.

9.3. O julgamento das propostas será realizado pelo critério de:

9.4. MENOR PREÇO POR ITEM

9.5. A adoção do critério de julgamento por item justifica-se pela possibilidade de ampliar a competitividade do certame, favorecer a participação de maior número de fornecedores e proporcionar à Administração a obtenção da proposta mais vantajosa economicamente.

9.6. Poderão participar do processo pessoas jurídicas legalmente constituídas, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da contratação e que atendam às exigências de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, econômico-financeira e técnica estabelecidas no instrumento convocatório.

9.7. Deverão ser observadas as disposições relativas ao tratamento favorecido, diferenciado e simplificado destinado às Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, quando aplicáveis.

9.8. A Administração poderá realizar diligências destinadas a esclarecer ou complementar informações apresentadas pelos licitantes, desde que não resultem em alteração da proposta originalmente apresentada, observadas as disposições legais aplicáveis.

9.9. Da estimativa do valor da contratação

9.10. A estimativa do valor da contratação foi elaborada em conformidade com o art. 6º, inciso XXIII, alínea “i”, da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante realização de pesquisa de preços baseada em múltiplas fontes, visando assegurar maior confiabilidade dos resultados e obtenção de parâmetros compatíveis com o mercado.

9.11. Para composição da estimativa foram considerados os quantitativos definidos durante a fase de planejamento da contratação, observando as informações constantes do Documento de Formalização da Demanda – DFD, Estudo Técnico Preliminar – ETP e Relatório Consolidado de Pesquisa de Preços.

9.12. A formação dos preços utilizou metodologia combinada, contemplando:

- I. levantamento de preços em **Banco de Preços e contratações públicas homologadas**;
- II. consultas em Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, pregões eletrônicos, dispensas eletrônicas e sistemas oficiais;
- III. solicitação de propostas comerciais junto a fornecedores especializados;
- IV. pesquisa complementar em **domínio amplo**, utilizada como apoio comparativo;
- V. análise crítica das referências obtidas, com exclusão fundamentada de valores considerados incompatíveis quanto à finalidade, proporcionalidade, dimensões ou padrão construtivo do objeto.

9.13. Após consolidação das informações e aplicação dos critérios de aderência técnica, economicidade e compatibilidade com a necessidade administrativa identificada, obteve-se a seguinte estimativa:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Valor unitário estimado	Valor total
------	--------	-------	-----------	-------------------------	-------------



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ

01	12	Unid	Poltrona interlocutora espaldar médio com braços	R\$ 3.617,09	R\$ 43.405,08
02	01	Unid	Mesa de centro para escritório/sala institucional	R\$ 413,08	R\$ 413,08
Valor global estimado					R\$ 43.818,16

9.14. O valor global estimado da contratação corresponde à soma dos valores estimados dos itens, perfazendo o montante de **R\$ 43.818,16 (quarenta e três mil, oitocentos e dezoito reais e dezesseis centavos)**

9.15. Da metodologia adotada para a estimativa de preços

A metodologia utilizada para formação da estimativa de preços observou as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e os parâmetros previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 07 de julho de 2021, adotada como referência técnica para realização de pesquisas de preços nas contratações públicas, visando assegurar maior confiabilidade, aderência ao mercado e obtenção de valores compatíveis com a necessidade administrativa identificada.

A pesquisa foi desenvolvida mediante utilização de múltiplas fontes de consulta, buscando ampliar a segurança da estimativa e reduzir riscos de distorções ocasionadas por preços isolados ou referências incompatíveis com o objeto pretendido.

Para composição da estimativa foram adotados os seguintes procedimentos:

I. Levantamento em Banco de Preços e contratações públicas

Foram realizadas consultas em bases contendo informações provenientes de contratações públicas anteriormente realizadas por órgãos da Administração Pública, incluindo:

- a) Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP;
- b) Compras Governamentais;
- c) Pregões eletrônicos;
- d) Dispensas eletrônicas;
- e) Sistemas de Registro de Preços;
- f) Contratações homologadas por órgãos federais, estaduais e municipais.

A utilização desse método estatístico permite identificar um valor médio representativo do comportamento do mercado público, reduzindo a influência de variações pontuais entre os preços praticados pelos diferentes órgãos da Administração Pública.

II. Solicitação de propostas comerciais junto a fornecedores especializados

Foram realizadas consultas e solicitações de propostas comerciais junto a empresas especializadas no fornecimento de mobiliário corporativo e institucional, visando verificar preços efetivamente praticados no mercado privado e subsidiar análise comparativa entre as fontes pesquisadas.

III. Pesquisa complementar em domínio amplo

Complementarmente, foram realizadas consultas em plataformas eletrônicas e mercado varejista para fins exclusivamente comparativos, visando apoiar a análise da razoabilidade dos preços obtidos, sem substituição das referências provenientes de contratações públicas.

IV. Após a coleta dos dados realizou-se análise crítica dos resultados considerando



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ

- a) compatibilidade dimensional;
- b) finalidade do objeto;
- c) padrão construtivo;
- d) aderência à necessidade administrativa;
- e) repetição de padrões de mercado;
- f) dispersão estatística dos valores;
- g) economicidade e razoabilidade dos preços

Foram desconsideradas referências incompatíveis quanto à finalidade, proporcionalidade, dimensões, padrão de utilização e características distintas do objeto efetivamente pretendido pela Administração, evitando distorções na composição do orçamento estimado.

Ao final, a definição do orçamento estimado decorreu da consolidação das informações obtidas e não exclusivamente da adoção do menor preço identificado, mas da combinação entre **compatibilidade técnica, aderência ao objeto, convergência entre pesquisas e observância ao princípio da economicidade**, resultando em estimativa mais próxima da realidade do mercado e da necessidade administrativa identificada

10. Adequação Orçamentária.

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta das **dotações orçamentárias próprias da Câmara Municipal de São Francisco do Guaporé/RO**, previstas no orçamento vigente.

10.2. A contratação encontra-se compatível com o planejamento orçamentário da Administração, estando em conformidade com as disposições da **Lei nº 4.320/1964**, da **Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal)** e da **Lei nº 14.133/2021**.

10.3. A indicação específica da dotação orçamentária, bem como do elemento de despesa correspondente, será realizada pela área competente no momento da emissão da **nota de empenho**, observando-se a disponibilidade orçamentária e financeira.

01.00.00 – Poder Legislativo

01.01.00 – Câmara Municipal

01.0310001.2001 – Manutenção das Atividades da Câmara Municipal

4.4.90.52 – Equipamentos e material permanente

São Francisco do Guaporé – RO, 25 de maio de 2026.



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ

Elaborado por:

Jhonatan Willian Botello de Lima

Equipe de apoio
Portaria 012/2025/SG

Revisado por:

Mara Vieira Carvalho Ribeiro

Secretário Geral
Portaria 073/2025/GP